

ESTADO NOVO: CORPORATIVISMO E CÍRCULOS OPERÁRIOS

Astor Antônio Diehl*

1. Estado novo: implicações históricas

"O Sindicalismo como obra de aproximação entre o patrão e o operário."

Alceu Amoroso Lima

Qualquer tentativa de abordagem da práxis corporativa estado-novista deve passar pela ambivalência da ação política getulista e a tentativa de análise dessa ação dentro do contexto histórico.

As interpretações, por vezes, tentam subestimar o papel das idéias, ocupando as análises numa práxis personalista. João de Scan-timburgo explica que o Estado Novo "não tinha ideologia", já que se resumia no "regime do presidente".¹ Skidmore resolve o problema, dizendo que era um regime "sem qualquer base ideológica consciente, fruto de uma criação altamente pessoal".² Ou ainda, como afirma Carone, que o sistema estadonovista se afirmou "segundo as circunstâncias", percebendo-se que "falta orientação única, ideologia e política".³

Tomando como base as duas afirmações iniciais, a instalação do Estado Novo estaria ligada intimamente às condições históricas que, acrescidas das atitudes "heróicas" de Vargas, levaram o processo histórico ao Golpe de 37. Essa interpretação deixa-nos a idéia de que qualquer regime político se fundamenta em um conjunto de condições, dentro das quais atuam elementos de ocupações específicas, conforme sua consciência, refletida na situação. Fruto da

atuação de personagens específicas, delimitados pelo "senso comum".

Já Carone delinea uma posição dualista no regime de 37. Na dicotomia entre a idéia e a práxis o Autor opta pela segunda. A posição de Carone, manifesta no pragmatismo, resulta nas situações direcionais tomadas em vista das condições conjunturais da sociedade brasileira. Sem dúvida, essa atitude pragmática estaria conjugada a diretrizes governamentais formuladas anteriormente. Portanto, a adequação das decisões implica necessariamente uma postura ideológica.⁴ Vale dizer que ideologia não sugere apenas uma forma estável de valores, nos quais é submetida a sociedade.

Pelas posturas mencionadas, a criação do Estado Novo implica em uma complexidade causal, de forma que o processo histórico norteia a irredutível vontade pessoal, acrescido de uma percepção da realidade pelos interesses da sociedade como um todo.

Um segundo ponto, importante, é discutido na historiografia recente. O movimento de 1930 é abordado como momento inicial de um processo que vai culminar no Estado Novo.⁵

Independentemente de 1930 ter sido promovido pela "burguesia industrial",⁶ pela classe média,⁷ pela articulação de grupos oligárquicos, classe média e proletariado e oligarquia militar,⁸ ou ainda, por grupos anti-oligárquicos,⁹ configura-se no período posterior uma conjunção heterogênea de forças na formulação da base do Estado que irão atuar na organização do sistema político pós 30. A composição heterogênea das bases políticas imporá uma posição de autonomia relativa do Estado. Em outras palavras, a divisão das bases políticas dará ao Estado a oportunidade de uma gradativa centralização.

Abre, portanto, a possibilidade de analisar a modernização por via de interferência do Estado no processo produtivo.

A crise do domínio oligárquico permitiu que pressões de vários setores fossem cada vez maiores. Estas pressões políticas, resultantes da urbanização e do desenvolvimento industrial, exercem efeitos desorganizadores sobre a estrutura oligárquica, abalada pela crise do café. Esta possibilidade consolida o "estado de compromisso",¹⁰ institucionalizado na constituição de 1934, num momento de maior confluência do liberalismo político (1933-1934).

O "estado de compromisso" entre os diversos grupos manteve um equilíbrio, pela incapacidade dos grupos isoladamente assumirem o controle do Estado, além dele representar os interesses dos demais.

O estado de equilíbrio, circunstancial, efetivamente colabora para o Estado reestruturar o sistema político, envolvendo novas formas de domínio social.

A autonomia política do Estado pressupõe uma atuação diversificada no sentido de conjugar forças entre os diversos grupos, consolidando sua autonomia. A primeira postura viria com o decreto de sindicalização n.º 19.770, de março de 1931, a segunda pelo conjunto da política de caráter corporativo-modernizante. Desta forma, caberia perguntar se o Brasil adquiriu esse caráter modernizante antes ou após 37, e se a regulamentação das relações de trabalho são características expressivas. A História Brasileira de 1930-1937 corresponde à fase de elaboração da legislação trabalhista, explícito na regulamentação do trabalho urbano-industrial. Isso representa que precisamos buscar este caráter modernizante antes de 37.¹¹ A preocupação do Governo Vargas foi de estabelecer uma atitude de aproximação com as camadas médias e empresários industriais. A dependência do mercado externo determinou a vulnerabilidade do sistema econômico brasileiro diante das crises internacionais. A solução estaria em medidas que eliminassem as barreiras à modernização, golpeando a estrutura agro-exportadora paulista.

O processo de industrialização trazia, como conseqüência, dois novos segmentos para a sociedade brasileira: a burguesia industrial e o aumento do operariado. As inquietações sociais, a política repressiva e conciliatória do governo deixavam de concentrar-se nos centros urbano-industriais, espalhando-se a todo o território nacional. Manifestações radicalizadas¹² entre esquerda e direita, representadas pela ANL e pela AIB, levavam ao fortalecimento do executivo, concretizado no fechamento do Congresso e das assembléias estaduais. A "existência de um clima de anarquia comunista" leva o pedido à Câmara para impor o estado de sítio, obtido por 162 votos contra 52. A aprovação da Lei de Segurança Nacional vem juntar-se à Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, entregue aos integralistas.

As linhas do Estado de 1930 a 1937 orientaram-se no sentido de captar junto à sociedade setores que poderiam implementar a identidade na representação política, legitimando posturas adotadas pelo governo.

Uma terceira hipótese, concatenada às anteriores, reforça a idéia da autonomia do Estado. Trata-se do projeto de unidade e integridade nacional, colocado a partir das teses da centralização

do poder. Esse ideário nacionalista tem sua origem nas lideranças representativas das oligarquias agrárias paulistas e mineiras, especialmente. Projeto nacionalista, cuja base estava calcada nas contradições internas da sociedade brasileira, reflexo da dependência externa, buscava a adequação dos recursos nacionais (materiais e institucional) para a autodeterminação, dentro do modelo de superação do individualismo, na integração social, pelo corporativismo.¹³ Este ideário eliminaria os conflitos sociais pela harmonização dos interesses das diversas classes sociais. O projeto centralizador e autoritário contrapunha-se às experiências liberais do início dos anos 30.

O corporativismo pode ser definido

“como doutrina que propugna a organização da coletividade, baseado na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações): Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralidade no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político”.¹⁴

No plano geral do corporativismo tem-se a necessidade de remover os

“interesses intermediários entre o indivíduo e o Estado, sendo portanto incompatível com o projeto de modernização do sistema político”,¹⁵

exigindo o rompimento da “teia” corporativa, funcionando como barreira às inovações das sociedades industriais.

O modelo corporativo se apresenta politicamente como alternativa ao modelo representativo democrático. Preconiza uma democracia orgânica, onde o indivíduo não terá valor como entidade numérica, mas como portador de interesses precisos e identificáveis. Coloca-se como dualista a colaboração entre as classes sociais como positiva e a organização sindical autônoma como conflitantes e pessimistas. O corporativismo brasileiro devia ser uma resposta às pressões sociais, mas sem tomar a si o exclusivismo na resolução dos conflitos. Segundo Luiz Werneck Vianna, o corporativismo se limitaria a 1) condenação da intervenção do governo no sistema produtivo, a fim de contornar a crise econômica, 2) adequação

à ideologia outubrista; 3) garantir a "paz social" no setor urbano-industrial, controlando politicamente a classe operária, cujo potencial desagregador poderia ameaçar o equilíbrio instável reinante nas classes dominantes.¹⁶

A reorganização prática do corporativismo teórico promovido pelo Estado Novo não é a tradução do elemento construtor da burguesia industrial brasileira, atuando mais na forma de protetor do capital e do controle da organização sindical, que por sua vez possibilita um certo trânsito de interesses no conjunto da sociedade. A adesão ao modelo corporativo nem sempre se impõe, mas se dá frente a um inimigo comum (a livre organização sindical), possibilidade da proteção à sua capacidade de acumulação.

A consolidação do corporativismo no Estado Novo traz consigo as especificidades históricas da "formação social"¹⁷ da sociedade brasileira nos anos 30. Sua articulação no Brasil encontra pontos a seu favor: a autonomia do Estado, pela incapacidade dos setores monopolizarem-no a seu favor, controlando os demais setores; pelo vazio do poder após 1930 e o estabelecimento do estado de compromisso, institucionalizado em 1934; o projeto nacionalista-centralizador, oriundo da Primeira República, absorvido na sua essência teórica pelo Estado Novo.

2. Corporativismo contra-revolucionário

A *Rerum Novarum* manifesta objetivamente o ideal corporativo, construído a partir da intervenção de teóricos legitimistas e católicos. Toda a questão retorna ao ensejo da discussão em torno da Revolução Industrial, quando da consolidação do individualismo liberal. O corporativismo da Igreja se desenvolve à margem da modernização econômica, tentando soluções por meio da harmonização entre as partes envolvidas: o empregado e o empregador. Propõe a solução da "questão operária" através dos elementos intermediários, como a família, a corporação profissional e a descentralização da sociedade; estes seriam os remédios dos problemas sociais.

O ideal do equilíbrio aparece como elemento de contraposição à estrutura de acumulação de capital. O projeto de restauração equipara-se às sociedades tradicionais e estáveis, mas organicamente hierarquizadas, sem antagonismos sociais.

O corporativismo da *Rerum Novarum* adquire uma textura menos passadista e mais realista, quando afirma que

“para a solução da questão operária, muito poderão contribuir os capitalistas e os próprios operários, com instituições ordenadas a oferecer oportuna ajuda aos necessitados e a aproximar e unir as duas classes entre si”.¹⁸

Os meios para a aproximação seriam as associações corporativas. Segundo Ludovico Incisa,¹⁹ as associações propostas pelo papa Leão XIII poderiam ser só de operários e associações mistas de operários e empregadores da mesma categoria. Dois aspectos aparecem nessa colocação: o primeiro, que a Igreja reconhece a existência da luta de classes, mesmo que não a aceite; segundo, o pluralismo das organizações de operários.

Sem dúvida, a forma proposta nesses termos tem uma combinação de liberalismo e corporativismo. Alceu Amoroso Lima conceitua o corporativismo,

“como uma nova fórmula social, que na Idade Média se realizou de certo modo e que volta agora a baila, em novos moldes, como resultado da falência dos dois erros iguais e contrários — o individualismo e o socialismo. A subordinação do bem comum ao bem próprio, como queria o primeiro — e ao aniquilamento deste naquele, como queria o segundo, sucede o corporativismo com maior dose de bom senso, articulando um no outro, em suas recíprocas constantes. Nem coloca o Estado (‘o mais frio dos monstros frios’ de Nietzsche) ao serviço do indivíduo, como queria Spencer, nem coloca o indivíduo ao serviço da coletividade, como querem as diferentes escolas socialistas. A idéia corporativa é uma conseqüência do reconhecimento de que o homem não pode ser, socialmente, desligado dos grupos naturais a que pertence”.²⁰

E continua Amaral Fontoura, “o corporativismo retoma os princípios econômicos das corporações medievais: a) a proibição da usura; b) o salário justo; c) o preço justo. Finalmente o conceito de corporativismo inclui as instituições do sindicalismo, do cooperativismo e do “distributismo””.²¹

Essa forma corporativista nos remete a duas questões fundamentais: a nostalgia da sociedade medieval e estável e a contrarie-

dade de associações autônomas e pluralistas com o modelocorporativo assumindo a idéia da colaboração e harmonia entre as classes no sistema orgânico. Amaral Fontoura, quando se refere ao corporativismo na economia, diz

“os trabalhadores de uma mesma profissão ou classe passam a constituir uma corporação perfeitamente regulada, com seu estatuto próprio com seus direitos e deveres bem discriminados em lei, com um órgão especial de defesa da classe. A comunidade deixa de ser constituída por indivíduos para ser formada por classes de produção, isto é, corporações. Também o indivíduo não pode mais falar por si: seus direitos têm que ser sempre defendidos por intermédio do seu órgão de classe. E com isto todos ganham: é melhor para os trabalhadores, porque ‘a união faz a força’. E é melhor para a sociedade por que há menos lutas, mais ordem social”.

Cita o artigo 140 da Constituição

“a economia da produção será organizada em corporações, e estas, como entidade representativas das forças do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas do poder público”.²²

É certo que o pensamento de Alceu Amoroso Lima e Amaral Fontoura não representa a unanimidade das posições católicas, mas prenunciam o projeto autoritário de organização da sociedade brasileira. O apelo ao sindicalismo livre e pluralista tem a tática da não confrontação direta de classes sociais antagônicas. Evidente que a institucionalização do pluralismo sindical advém do período de predominância liberal (1933-1935), assinalados pelo pluralismo político.

A contrariedade da legislação sindical do decreto n.º 19.770 de 1931 com os princípios corporativistas da Igreja Católica se projetará para o campo político e ideológico, pela ação da LEC e dos Círculos Operários.

A Igreja enfrentou historicamente situações em que fora expul-

sa do Estado, como, por exemplo, as revoluções burguesas. Estas experiências exigiram a articulação de um projeto mais adequado à realidade de participação do poder junto do Estado, ou mesmo a tentativa de retomar a hegemonia de pensamento sobre a sociedade civil. Para o caso brasileiro a formação do laicato e do Centro D. Vital contribuíram para o conhecimento da realidade nacional e das especificidades culturais.

Segundo Luiz W. Vianna, a Igreja através dos movimentos laicos, como a Ação Católica, partidos e sindicatos, estava interessada em recuperar a sua influência sobre a sociedade civil.²³ Esta expressão foi ponto de apoio às atividades do governo Vargas no Estado Novo, fundamentação na qual a Igreja colaborará, através dos Círculos Operários, no tratamento da "questão social". Coloca-se dentre os objetivos da criação e expansão do circulismo a constante busca do reconhecimento dos sindicatos filiados no MTIC, incorporando-os ao corporativismo estadonovista. Um segundo ponto de contato entre o projeto político-ideológico da Igreja e o Estado configura-se no combate ao comunismo.

3. A igreja como grupo de pressão

Na introdução desse artigo, procuramos demonstrar a consolidação do Corporativismo nos anos 30, averiguando os fatores internos que possibilitaram o monopólio estatal no controle das relações sociais. Dentre os grupos presentes na estruturação do corporativismo, mas incapazes de assumir e controlar o aparelho político-burocrático do Estado e da sociedade civil, estava a Igreja. Necessário faz-se verificar o comportamento dessa instituição dentro das articulações político-partidárias, no estabelecimento do "Estado de Compromisso" ratificado na Constituição de 1934.

A Igreja assume a função de "grupo de pressão" para conquistar espaço político²⁴ dentro da sociedade civil. Entende-se como "pressão" a atividade de um conjunto de indivíduos formalmente unidos por motivações comuns que buscam influenciar nas decisões que são tomadas pelo poder político a fim de mudar ou conservar o status quo da sociedade frente à ameaça de outros grupos. Por tanto, as atividades, conjuntamente coordenadas, possibilitam a obtenção de acesso ao poder político.²⁵

Os grupos de pressão surgem frente a problemas imediatos, com base nos seus interesses, articulam posições estratégicas para

fazer-se presente no controle da questão, através da sua capacidade organizacional. Tais grupos marcam sua presença na prestação de serviços ao grupo que representam ou seus associados.

Embora os grupos de pressão surjam como organizações que tenham como objetivo transformar a sociedade, seja para mantê-la ou ainda para introduzir mudanças na organização político-institucional em seu favor, a pressão num primeiro momento não é necessariamente perceptível para o eleitorado, mas tem a função de controlar partidos e candidatos. Atuam também na formação de líderes e no recrutamento de indivíduos que possam dirigir a ação dos grupos de pressão. Ao mesmo tempo que os partidos são controlados, exercem atividades autônomas. O exercício da pressão faz-se por intermédio de elementos que colocam na atividade prática sua capacidade de pressão sobre o espaço político a ser conquistado. Nesse caso se procura influenciar determinado número suficiente de deputados para conseguir medidas legislativas.

As probabilidades de sucesso são condicionadas pelos recursos à sua disposição. Podemos destacar dois níveis de recursos: a dimensão da capacidade organizacional e a representabilidade no conjunto da sociedade em análise. Tomando o primeiro recurso e projetando-o sobre a realidade brasileira nos anos 20 e 30, verificamos a dimensão nacional da Igreja em ritmo crescente. Sua capacidade de alicerçar a sua posição na intelectualidade brasileira, especialmente em 1921 na fundação da Revista *A Ordem* e no ano seguinte do Centro D. Vital. A sua ampla dimensão caracteriza-se pela capacidade doutrinária de integrar a sociedade e não apenas pela atuação geográfica, pois pretendia reformar a sociedade de maneira conjuntural, alicerçando sua posição numa "educação para o capitalista e a moralização do operariado".

A representabilidade deve ser interpretada pelo exercício da liderança na base do grupo de pressão. Sendo que a eficácia pode ser verificada pela receptividade das propostas no meio social e a resposta positiva do eleitorado aos candidatos representantes dos grupos de pressão. Neste sentido a atuação caracterizar-se-á no meio operário. A interpretação desse ponto permite-nos analisar o papel político subjacente aos Círculos Operários como elemento de representabilidade.

Associações operárias organizadas dentro dos princípios traçados pelas encíclicas papais nos CO aparecem como componentes intermediários de legitimação da pressão da Igreja. Percebe-se que

os grupos de pressão atuam com seus recursos materiais e doutrinários junto às associações operárias ou no governo. A envergadura do fato permite-nos afirmar que as características, que os grupos de pressão assumem, envolvem uma rígida hierarquia, organização e um plano de disciplina, capaz de assegurar o consentimento e a obediência do indivíduo nele inserido.

Apesar da Igreja Católica ter perdido no período da República Velha seu papel totalizador sobre a sociedade, não deixou de recuperar terreno em instituições como a escola. A perda do sentido universalizante na sociedade civil a obriga a um reexame da posição normativa e funcional. O liberalismo visto pela Igreja comportava o novo sentido da vida comunitária na organização das bases de receptividade da doutrina e da ação do laicato na Ação Católica, articulando-se nos partidos políticos.

4. Círculos operários: harmonia e passividade

A criação dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul, no início dos anos 30, integra-se ao projeto de hegemonia do pensamento e ação da Igreja sobre a sociedade brasileira. A fundamentação teórica do projeto enunciado a partir dos intelectuais do Laicato Brasileiro consagra-se no final da segunda década desse século, especialmente nas pressões que a Igreja fizera na reforma constitucional de 1926. Porém, as pressões afirmam-se de forma extraordinária sobre os constituintes de 1933. As pressões e propostas deste momento aparecem numa série de obras literárias que viriam a disciplinar o projeto Católico através da LEC e da rearticulação do Centro D. Vital.²⁶ Na obra *Indicações Políticas*, Alceu Amoroso Lima revela a preocupação dos Católicos, desde a fundação da LEC, com a reforma moral, pois desta, segundo ele, depende a regeneração política da nacionalidade. Segundo o Autor, a constituição de 1934 foi de fato a primeira situação histórica no Brasil em que os representantes ouviram as reivindicações católicas ao elaborarem um novo estatuto jurídico.

Esta obra é importante na análise do período histórico, pela forma com que o autor explicita o conteúdo. Nos três primeiros capítulos do livro, Alceu A. Lima define sua posição e a dos católicos ligados ao Centro D. Vital diante da Revolução de 30. Condena o processo revolucionário como instrumento de salvação. Apesar

do seu caráter político-militar, a revolução de 30 constituiria o grande passo para a revolução materialista, fruto dos 40 anos de ateísmo social. Por isso, pregando tão somente a obediência às diretrizes da Igreja, poderia solucionar-se o marasmo político-revolucionário dos anos 30. O método estaria colocado no apostolado doutrinário e espiritual.²⁷

Nos demais artigos da obra, o Autor discute a participação católica na política e as relações entre o catolicismo e o integralismo.²⁸ Nestes últimos artigos, o Autor assinala que “a Igreja só intervém na política por que esta invadiu os seus domínios”; a Igreja “só se interessa por aquilo que, na política, toca de perto a vida moral e religiosa”. Os católicos “não querem vantagens para a Igreja no Brasil e sim vantagens para o Brasil da Igreja”. São destacados como empecilhos às propostas do Laicato Brasileiro a falta de cultura, a falta de disciplina e a falta de recursos que impulsionariam os católicos à luta no sentido de recuperar suas forças como grupo hegemônico. Na verdade, tais proposições dependeriam da legitimidade do voto e a participação da mulher na vida pública através do sufrágio feminino. O programa católico foi “incorporado à constituição de 1934, imprimindo à quarta Carta uma significação para a História do Catolicismo”. A obra ainda procura identificar o brasileiro como cristão. O que é anticristão é antinacional e a história do Brasil seria a História do Catolicismo no Brasil. A partir desses pontos básicos o autor passa a estabelecer regras gerais para a vida política dos católicos, determinando, em termos de conselhos, aquilo que os católicos “podem ou não podem, devem ou não devem” fazer em política. Estas posições resultariam da necessidade dos católicos manifestarem sua “vontade” política no agir, dentro e fora dos partidos, associações, no sentido de manter os seus direitos que a Constituição incorporou a si. Portanto, Alceu Amoroso Lima procurou através da ação literária e ação da LEC imprimir uma nova visão doutrinária da Igreja Católica às condições brasileiras.

Verifica-se que a nova intenção foi influenciada pelas manifestações da ANL em 1935. A postura concebida pela LEC amplia-se, quando analisada pela ótica da organização social. Esta organização não deveria ser colocada sobre o indivíduo, mas sim no corporativismo. A ganância do indivíduo segue sua inclinação natural, quando não limitada pela autoridade. Os conflitos da sociedade são derivações das disputas individuais que devem ser submetidas e reguladas

pela autoridade. No espectro corporativo proposto pela Igreja a "ganância" capitalista estaria restrita à conveniência da justiça social, incorporada no programa da AC de "educar o sistema capitalista".

Segundo Luiz W. Vianna, neste ponto "interrompe-se a identidade com o Liberalismo".²⁹ É preciso considerar como ponto de partida para a colocação de Vianna que a autoridade, que submete os conflitos sociais, ultrapassa a manutenção da paz e apresenta o Estado como componente necessário para que a sociedade possa atingir seus objetivos. Em segundo lugar é preciso ter em conta que entre 1935 e 1937 a Igreja legitimou socialmente sua posição com a organização operária, mesmo que seu projeto de livre atuação, na busca da hegemonia, seja absorvido pelo corporativismo secular. Pode-se ver que a ação da Igreja e o reflexo da radicalização política dos primeiros anos da década de 30, resultariam na remodelação da posição liberal da Igreja, justapondo-se à posição ideológica do Estado Getulista. Desta forma, colaborando com os dispositivos do Corporativismo Estadonovista.

A hipótese de que os Círculos foram associações, cuja organização inibiu o movimento reivindicatório dos operários requer uma visão ampla do problema. A radicalização política diminuiu a discussão do primado econômico, abrindo espaços à atuação do Estado na legislação social, na mesma proporção aumentou a limitação reivindicatória ou política das classes, cujo poder de barganha e capacidade de pressão sucumbiram ante o corporativismo e a "burocratização do sindicato no Brasil".³⁰

O pluralismo e a autonomia sindical na segunda metade da década de 30 não vem acompanhada por um regime liberal. A incorporação da Igreja à estrutura do Corporativismo secular rompe definitivamente com o descompasso entre a tentativa de hegemonia política da Igreja e o regime político em consolidação.

É nesse quadro conjuntural que os Círculos Operários se inserem como componentes importantes na legitimação das posições políticas da Igreja e da LEC. Os CO, além da sustentação doutrinária, realimentarem pela base operária o regime político.

A incipiente capacidade reivindicatória dos CO deve ser vista no intercâmbio de elementos característicos entre Estado-Igreja-Círculos Operários (ver esquema). Os componentes da organização operária colocados em prática no Rio Grande do Sul, num primeiro momento, abrem caminho ao Estado para fazer uma centralização

sindical, atrelando-a à Legislação Trabalhista. Os elementos que compõem tal sistema são o anticomunismo, a harmonia de classes, a centralização, antiliberalismo e a elevação do espírito nacional. Tais características exercem uma forma de poder sobre o operariado dos Círculos Operários. A absorção desses elementos registra a legitimidade do papel social da Igreja. A doutrina antiliberal proposta pela Igreja exerce a função de vanguarda na preparação à intervenção do Estado nos setores da economia e no social.

A posição moralizante da Igreja na sociedade propõe uma atuação totalizante, no sentido de sobreposição ao individual em detrimento da autoridade representada pelo Estado. Outro ponto igualmente proposto pelo projeto da Igreja foi a elevação do espírito, no sentido ético-religioso, porém, o Estado Novo canaliza esta característica para o “cultivo da idéia de nação”, projetando individualmente aos brasileiros preceitos como “aquilo que podem ou não podem, devem ou não devem fazer”.

A incorporação do projeto da Igreja pelo corporativismo secular inclui os CO. As associações de operários Católicos são prolongamentos realimentadores do sistema legal do Estado. É evidente que, na medida em que o Estadonovismo consolida uma relação de força sobre a sociedade civil, cria instrumentos de maior eficácia no controle social.

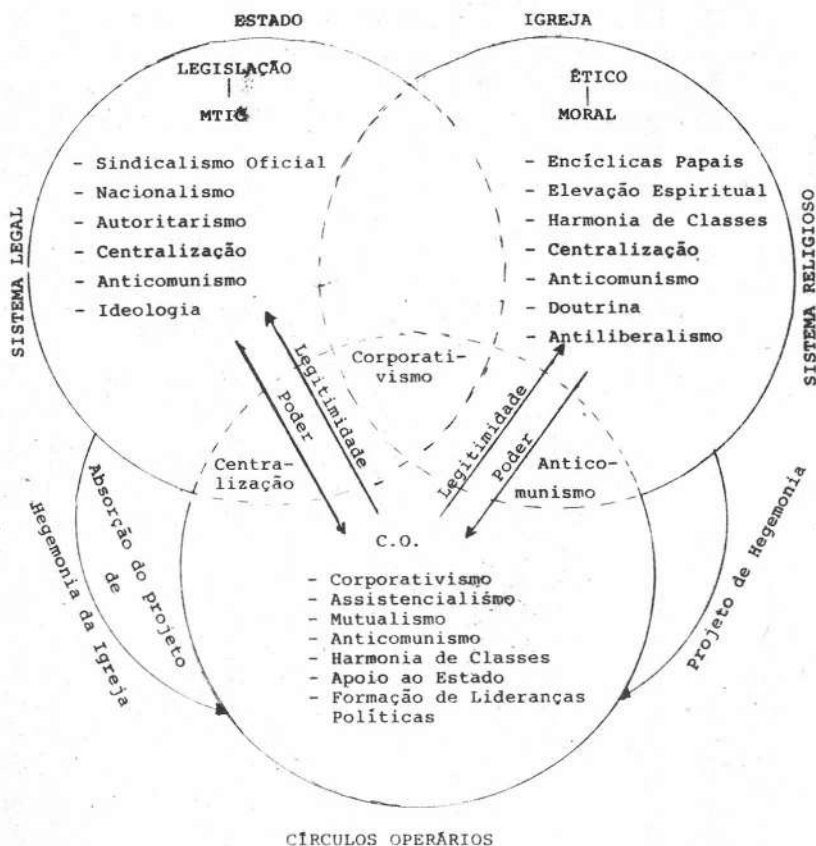
“A propaganda insistente e repetitiva sobre a realidade e as possibilidades do país ampliou os horizontes de uma população, cujo universo, até então, pouco ultrapassava os limites da fazenda ou da fábrica”.³¹

Por outro lado, o DIP atuou no controle da propaganda política, no cumprimento da legislação autoritária e na educação,³² servindo como elementos para compreensão de uma “realidade Estadonovista”. O Corporativismo coloca-se como componente comum entre Igreja, Estado e Círculos Operários. O Estado através do intervencionismo, do patrocínio constitucional-ideológico, quando propunha combater inimigos comuns, atuava nas decisões e nas movimentações reivindicatórias dos operários que participaram do sindicalismo oficial. Portanto os CO estão colocados entre os dois sistemas — o Estado patrocinador da Legislação Trabalhista-sindical, colocando no MTIC os princípios de resolução da questão capital-trabalho; a Igreja destacando o sentido ético-moral, soluciona a mesma questão através da conciliação de empregado-empregador. Os Círculos Ope-

rários foram até certo ponto uma extensão político-eleitoral da LEC e da política oficial no sentido de assegurar as conquistas da constituição de 1934,³³ além de influenciar através de candidatos eleitos o processo de cristianização cultural brasileira.

ESTRUTURA DE INTERCÂMBIO ESTADO-IGREJA-CÍRCULOS OPERÁRIOS

(Relações Ideológicas)



Base de Sustentação e Realimentação do Sistema

NOTAS

¹SCANTIMBUGO, João de. *A Crise da República Presidencial*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1969, p.219.

²SKIDMORE, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, pp.54 e 55.

³CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Difel, 1976, p.267.

⁴GARCIA, Nelson Jahr. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política (A Legitimação do Estado Autoritário Perante as Classes Subalternas)*. São Paulo, Editora Loyola, 1982.

⁵Este artigo não pretende analisar o movimento de 1930 como ponto fundamental, mas orienta-se nos fatores que causaram a crise oligárquica e a organização do modelo corporativista.

⁶SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1975, pp.219 a 224.

⁷A Historiografia iniciada por Virgínio Santa Rosa busca identificar a Revolução de 1930 como um movimento das "classes médias" urbanas, lideradas por uma vanguarda tenentista. ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1933.

⁸FAUSTO, Bóris. *A revolução de 30*. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp.102-103.

⁹BELO, José Maria. *História da república*. São Paulo, Nacional, s.d.

¹⁰Para análise dos fatores que levaram ao estado de compromisso, LOPES, Juarez Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

¹¹WIRTH, John Dean. *A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. Esta obra permite uma análise do papel do exército no projeto modernizante, além da regulamentação do comércio internacional, disciplinando as importações em detrimento da prioridade da industrialização nacional.

¹²Para uma análise da radicalização política entre 1930-1937, cf. TAVARES, José Nilo. *Conciliação e Radicalização Política no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982, pp. 67 e segs.

¹³Para uma análise do corporativismo em Oliveira Vianna, cf. VIEIRA, Evaldo A. *Oliveira Vianna e o Estado Corporativo (um estudo sobre o corporativismo e autoritarismo)*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1967. Para um estudo das formas que o "discurso nacionalista" assume em diversas ligas, grupos, revistas e movimentos da Primeira República e suas repercussões dos anos 30, cf. DIEHL, Astor Antônio. "Pensamento e Prática do Nacionalismo no Brasil (1910-1937)", 1985 (mimeogr.).

¹⁴*Dicionário de Política*, p.287. Para uma análise do corporativismo nos diversos setores sociais na América Latina, cf. WIARDA, Howard J. *O Modelo Corporativo na América Latina e a Latino-Americanização dos Estados Unidos*. Petrópolis, Vozes, 1983.

¹⁵*Dicionário de Política*, p.287

¹⁶VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1978, p.129.

¹⁷Entendo por "formação social" um determinado período histórico de desenvolvimento social que se caracteriza pelo estabelecimento de uma organização político-institucional agregada a um modelo econômico. Porém é necessário levar em conta o conjunto de estruturas da personalidade, do sistema social, da cultura e dos mecanismos de reprodução congruentes entre si, verificáveis dentro de um conceito sociológico. Ver diversas acepções do termo, in: *Dicionário de Política*, pp.509 a 517.

¹⁸Leão XIII, Rerum Novarum.

¹⁹*Dicionário de Política*, p.288.

²⁰Alceu Amoroso Lima, citado por FONTOURA, Amaral. *Programa de Sociologia*. Porto Alegre, Globo, 1942, p.224.

²¹Ibid.

²²Ibid., p.272.

²³VIANNA, op. cit., p.158.

²⁴Entendo pela expressão "espaço político" a área de conflito que constitui a base entre eleitores e partidos, num sistema político num determinado momento histórico. Os conflitos podem caracterizar-se a nível econômico ou institucional, a exemplo das posições da Igreja em relação ao Estado. O conflito definirá a área do espaço político, ou o espaço de competição partidária-eleitoral.

²⁵*Dicionário de Política*, p.564-565.

²⁶LIMA, Alceu Amoroso. *Problemas da Burguesia*. Rio de Janeiro, Ed. Schmidt, 1932.

²⁷LIMA, Alceu Amoroso. *Indicações Políticas; da revolução à Constituição*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1936. Uma obra que pode auxiliar na compreensão dos debates políticos nos primeiros anos da década de 30 é OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 30*. Rio de Janeiro, FGV/INL/MEC, 1980. Esta obra resenha 143 títulos sobre a Revolução de 30, editados entre 1929 e 1936.

²⁸Não é objetivo do artigo discutir a relação da Igreja Católica com o Integralismo, mas recomenda-se a leitura de TRINDADE, Héglio. *Integralismo*. São Paulo, DIFEL, 1974; LUSTOSA, Oscar de Figueredo. "A Igreja e o integralismo no Brasil, 1932-1939". IN: *Revista de História*, LIV (1976) 108; WILLIAMS, Margaret Todaro. "Integralismo and the Brazilian catholic church". In: *The Hispanic American Historical Review* 54(1974)3.

²⁹VIANNA, op. cit., p.168.

³⁰Para uma análise da burocratização dos sindicatos no Brasil duas obras são importantes: RODRIGUES, José Albertino R. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Ed. Difusão, 1969; MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1979.

³¹GARCIA, op. cit., p.129.

³²A compreensão destes aspectos deve levar em conta a influência de Alceu

Amoroso Lima na cultura e educação no período em questão. Cf. SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo, Ed. Paz e Terra/EDUSP, 1984; CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo, Cortez Editora, 1981, em especial o Cap. III "Homens e Tendências", pp.98-121.

³³O Jornal A Nação amplia seus espaços de propaganda política aos candidatos indicados pela LEC. "O objetivo era verificar os candidatos que poderiam receber o voto do eleitorado católico. A LC se coloca de forma paternalista e tutora dos fracos, como: agricultores infensos da política partidária e esperavam da LEC uma orientação segura (...)", A Nação, 17/5/1950 (texto é de Natal Zanetti). A movimentação da LEC junto às bases eleitorais católicas se realiza através de visitas constantes aos municípios do interior.

ABREVIATURAS

- ANL - Aliança Nacional Libertadora
- AIB - Ação Integralista Brasileira
- LEC - Liga Eleitoral Católica
- MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
- CO - Círculo Operário
- AC - Ação Católica
- DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Departamento de História
CEP - 90.620 - Porto Alegre - RS

